

No país da "Lei de Kafka"

Nos seus anos de juventude, dois brilhantes economistas, Alexandre Kafka e Roberto de Oliveira Campos, uniram seus talentos para enunciar as leis econômicas observadas abaixo do Equador. O conteúdo desses princípios era muito simples: naquela região, as mencionadas leis funcionam no sentido inverso daquele que se verifica no Hemisfério Norte. Ao que parece, o atual governo brasileiro deseja demonstrar, com a ajuda do Legislativo, a validade do teorema econômico da chamada "Lei de Kafka"...

Já assistimos à decisão dos deputados de fixar um reajuste mensal real de 3% (acima da inflação), para o salário mínimo, isto é, 42,6% ao ano, como se fosse possível estabelecê-lo sem graves consequências sobre os preços e o desemprego. Com efeito, um reajuste dessas proporções só poderia ser aceito se acompanhado de igual crescimento da produtividade, o que representa tarefa impossível em qualquer país do mundo. Mas, para os nossos parlamentares, as leis econômicas, ao que parece, não funcionam, do mesmo modo abaixo do Equador...

Agora, o governo federal está estudando, ao que consta, a aplicação de uma política de "tarifaço" (não se procure a expressão no *Aurélio*), ou seja, um reajuste tarifário das empresas estatais bastante superior ao da taxa de inflação.

Já se poderia questionar o fato de as

tarifas de serviços públicos devem crescer na mesma proporção da taxa de inflação. De fato, no Brasil, os preços não sobem em função dos custos, mas de uma inflação baseada em índices que mereceriam ser questionados quanto à sua validade. Por que deveria a tarifa de energia elétrica acompanhar o preço do chuchu, quando a água que aciona as turbinas não reivindica aumentos, sendo a mão-de-obra empregada no setor muito limitada (ou pelo menos deveria sê-lo)? No máximo se poderia calcular o custo financeiro dos equipamentos (desde que adquiridos a preço razoável e em condições econômicas aceitáveis, ou seja, dando-se início à amortização a partir do funcionamento da usina...). É certamente mais econômico compensar (através do Orçamento) os abusos do que procurar recuperá-los num sistema de indexação. O mesmo raciocínio deveria ser aplicado no caso da gasolina, com a idéia de que, sendo o nosso custo de produção muito elevado, seria talvez melhor importar petróleo, ora em baixa no mercado internacional...

Mas no Brasil, o atual governo, em nome de uma austeridade orçamentária que pede sacrifícios apenas aos consumidores, já teria decidido praticar uma política de "tarifaço" para compensar a inefi-



cácia de empresas estatais que apresentam excesso de pessoal — altamente remunerado — e uma generosidade social (tipo Fundo de Pensão), impensáveis em empresas deficitárias que se alimentam do maná distribuído pelo Tesouro e, especialmente, da escorcha dos consumidores. Em verdade, se considerarmos o primeiro semestre, verificaremos um aumento real (acima da inflação medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado — IGP-M — da Fundação Getúlio Vargas) de 5,7% para o álcool; de 4,6% para a gasolina; de 7,5% para o Diesel e, com o reajuste a partir de 1º de julho, de 15,97% para a energia elétrica...

Mas o déficit público é superior ao previsto. Assim, alguns luminares da equipe econômica estariam sugerindo a acentuação dos reajustes tarifários. No caso da energia elétrica, propõe-se a manutenção de um reajuste mensal real de 8%. Com isso, admitindo-se que a inflação seja de 30% ao mês, no final do ano as tarifas de energia elétrica terão superado em 41,56% a taxa de inflação. Pode-se entender que o presidente da Petrobrás, a pretexto de recuperar as perdas da empresa, esteja propondo um reajuste real de 42% até o final do ano. Isso significaria que, na mesma hipótese quanto à taxa de inflação,

teríamos um aumento real de 50% para o álcool, de 43,9% para a gasolina e de 53% para o Diesel!...

Não se pode imaginar que o governo brasileiro pense poder impedir as empresas de repercutir, nos seus preços de venda, um aumento real de insumos tão importantes. Devemos ponderar, também, que tais aumentos, que representam uma tarifa aduaneira às avessas, colocarão o Brasil na impossibilidade de exportar produtos manufaturados e até agrícolas, sujeitos ao impacto do aumento do custo de transporte.

Teríamos, assim, um choque inflacionário insuportável. Já tivemos oportunidade de comentar que o Plano Verdade, com todas as suas qualidades, não apresentava porém medidas capazes de reduzir a atual taxa de inflação. Mas, diante de uma aceleração, provavelmente violenta, dos aumentos de preços, o governo, aplicado o "tarifaço", não terá outra saída senão a decretação de novo choque heterodoxo, o que, além de representar a negação do Plano Verdade, nada resolverá, ao contrário, a longo prazo.

Só há uma solução para o atual problema do déficit das empresas estatais: um violento saneamento interno, que ponha termo ao desperdício e às mordomias, e a privatização (a qualquer custo) dessas empresas ineficientes, em que se permitam todos os abusos contra a Nação.